

Artigo de Pesquisa.

FORMAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA

Spatial and territorial formation of the Municipality of Acrelândia

Elias Pedroso da Silva¹, Carlos Estevão Ferreira Castelo²

¹ Tecnólogo em logística pelo IFAC. Pós graduado em Logística Internacional. Graduado em licenciatura em História. Brasil. elias.pedroso@sou.ufac.br

² Estudante de Pós-doutorado, Departamento de Geografia Universidade de São Paulo-SP (USP), Brasil. carlos.castelo@ufac.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4694-9639>

Recebido em (05/10/2023) e aceito em (29/11/2023).

RESUMO: Neste artigo, trabalhou-se com o conceito de espaço e território de Claude Raffestin, na tentativa de compreender a formação espacial e territorial do município de Acrelândia, a partir do Projeto de Assentamento Redenção. Utiliza-se de pesquisa bibliográfica como fonte de informações, mas também se fez uso de estratégias de história oral, através de entrevistas com atores sociais que participaram do processo de formação da localidade. Uma narrativa sobre a importância da luta política e da participação da população local no processo de criação do Município é apresentada, juntamente com alguns elementos que preenchem lacunas na história oficial encontrados nos relatos. O trabalho coloca à luz, um embate político que culminou com a criação de um novo município para o estado do Acre e suas implicações no aspecto geográfico em razão da secessão do território de dois municípios mais antigos, Plácido de Castro e Senador Guiomard. Por fim destaca-se que se trata de um trabalho de geografia histórica, elaborado com a intenção de apresentar a formação histórica do Acre.

Palavras-chave: Assentamento; Território; Política; Emancipação; Desenvolvimento.

ABSTRACT: In this article, we worked with Claude Raffestin's concept of space and territory, in an attempt to understand the spatial and territorial formation of the municipality of Acrelândia, based on the Redenção Settlement Project. Bibliographical research was used as a source of information, but oral history strategies were also used, through interviews with social actors who participated in the locality's formation process. A narrative about the importance of the political struggle and the participation of the local population in the process of creating the Municipality is presented, along with some elements that fill gaps in the official history found in the reports. The work highlights a political clash that culminated in the creation of a new municipality for the state of Acre and its implications in the geographical aspect due to the secession of the territory of two older municipalities, Plácido de Castro and Senador Guiomard. Finally, it should be noted that this is a work of historical geography, prepared with the intention of presenting the historical formation of Acre.

Keywords: Settlement; Territory; Policy; Emancipation; Development.

RESUMEN: En este artículo trabajamos con el concepto de espacio y territorio de Claude Raffestin, en un intento de comprender la formación espacial y territorial del municipio de Acrelândia, a partir del Proyecto de Asentamiento Redenção. Se utilizó la investigación bibliográfica como fuente de

información, pero también se utilizaron estrategias de historia oral, a través de entrevistas a actores sociales que participaron en el proceso de formación de la localidad. Se presenta una narrativa sobre la importancia de la lucha política y la participación de la población local en el proceso de creación del Municipio, junto con algunos elementos que llenan vacíos en la historia oficial encontrados en los informes. La obra destaca un choque político que culminó con la creación de un nuevo municipio para el estado de Acre y sus implicaciones en el aspecto geográfico debido a la secesión del territorio de dos municipios más antiguos, Plácido de Castro y Senador Guiomard. Finalmente, cabe señalar que se trata de una obra de geografía histórica, elaborada con la intención de presentar la formación histórica de Acre.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo relaciona-se com uma tentativa de compreender a formação espacial e territorial do município de Acrelândia, a partir do Projeto de Assentamento Redenção. Destaca-se que atualmente o município possui uma superfície territorial de 1.609,70 Km² e está localizado a nordeste do Estado do Acre, região denominada de baixo Acre. Limita-se ao norte com o Estado de Rondônia e Amazonas, ao Sul com o município de Plácido de Castro, a Leste com a Bolívia e a Oeste com o município de Senador Guiomard.

Para a construção do texto, que faz parte de um trabalho de maior folego, utilizou-se pesquisas bibliográficas como fonte de informações, mas também se fez uso de estratégias de história oral, através de entrevistas com atores sociais que participaram do processo de formação da localidade. Uma narrativa sobre a importância da luta política e da participação da população local no processo de criação do município é apresentada, juntamente com alguns elementos que preenchem lacunas na história oficial encontrados nos relatos coletados.

Observa-se que o trabalho coloca à luz, um embate político que culminou com a criação de um novo município para o estado do Acre e suas implicações no aspecto geográfico em razão da secessão do território de dois municípios mais antigos, Plácido de Castro e Senador Guiomard.

Estruturou-se o texto nas seguintes partes: inicialmente detalha-se as questões metodológicas no item materiais e métodos, para, em seguida apontar considerações sobre o Projeto de Assentamento Redenção e, também, sobre o processo de consolidação do Município de Acrelândia e seu território.

Na discussão sobre a formação espacial e territorial, toma-se o conceito de espaço e território formulado por Raffestin (1993, p.143), onde o mesmo afirma que “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”. Raffestin (1993, p.143). O mesmo autor também distingue espaço de território, principalmente, pelo uso político do termo território em detrimento do uso social do espaço. “O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”, e complementa dizendo que “o espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si”.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como informado, para construção do texto fez-se uma pesquisa documental e bibliográfica como preconiza Marconi e Lakatos (2020), e usou-se estratégias de história oral por meio de entrevistas com os participantes que vivenciaram todo o processo de formação espacial e territorial do município estudado.

Dado que a área de estudo ainda é carente de informações sistematizadas, para dar conta do objetivo optou-se por trabalhar com o resgate de memórias da formação do lugar com base em narrativas dos moradores que vivem na área do município por mais de quatro décadas. Colaboradores que narraram fatos vividos ao longo da trajetória da formação de Acrelândia.

Alguns dados específicos sobre a execução do projeto Redenção foram obtidos através da entrevista com o senhor Francisco Paiva Costa da Rocha, servidor aposentado da Companhia de Colonização do Acre - COLONACRE, que participou ativamente da execução do projeto, pois era o servidor responsável por cadastrar as famílias e também as transportar até seus lotes depois que os parceiros chegavam ao Acre.

Outra contribuição importante foi a entrevista do senhor Vilseu Ferreira da Silva, um dos primeiros moradores do projeto redenção, membro fundador da Associação de Produtores do Projeto Redenção, que também ocupou o cargo de subprefeito do distrito de Acrelândia e posteriormente, de vereador e prefeito do município de Acrelândia.

Entrevistou-se também a professora aposentada Edna Bernardino e Silva, que participou ativamente dos movimentos reivindicatórios dos parceiros do projeto Redenção, que também foi responsável pela criação da primeira escola da vila do BID, e seu pai, já falecido, João Bernardino Parente, que foi o criador do nome do município, à época distrito de Acrelândia. Exerceu o cargo de diretora de escola e também foi secretária de educação do município.

Para que se possa entender, através do jogo de poder e da luta de classes, como se formou e se estabeleceu o município de Acrelândia, é importante ter em mente que essa localidade surgiu a partir de um assentamento agrícola do período da ditadura militar brasileira, tendo como pano de fundo o que Ianni (1979) citado por Oliveira (1988) chamou de contrarreforma agrária, sendo uma forma de mitigar conflitos no centro-sul do Brasil. Vale notar, ainda, que se utilizou experiências vividas por um dos autores.

RESULTADO E DISCUSSÕES

SOBRE O PROJETO DE ASSENTAMENTO REDENÇÃO

Desde o período da colonização da Amazônia, no final do século XIX, até finais dos anos de 1960 do século passado, o extrativismo tradicional foi o responsável pela formação econômica e social do Acre. Inclusive, essa atividade serviu de amparo aos esforços dos aliados durante a segunda guerra mundial, no episódio que ficou conhecido como “A batalha da Borracha” (MARTINELLO, 2018).

Porém, com a decadência da produção do látex, foram desenvolvidos diversos projetos de colonização e reforma agrária pelo espaço amazônico, formando um novo território como frente de exploração agropecuária e mineral que avançaram sobre a floresta. A rodovia BR-364 foi um dos principais eixos dessa ocupação, mas pode-se destacar também, a transamazônica, a Belém-Brasília, e a Cuiabá-Santarém. A partir das rodovias federais, foram abertas rodovias estaduais e a partir delas, estradas vicinais.

Os projetos de assentamento dirigido (PAD's) foram sendo estabelecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado através da Lei 1.110 de 09 de julho de 1970, na tentativa de gerenciar uma modalidade de assentamento que pudesse comportar um grande número de pessoas e em contrapartida abrisse caminho por entre a selva amazônica para o capital até aqueles recantos mais longínquos.

Oliveira (1988) problematizou a situação dos projetos de assentamento e a reforma agrária proposta pelo governo militar brasileiro. Um dos projetos mais ambiciosos dos militares, o Programa de Integração Nacional (PIN), que, entre outras coisas, previa a construção de estradas para auxiliar na ocupação de espaços do território brasileiro que eles julgavam despovoados e frágeis no que diz respeito à defesa do território nacional, gerou a expansão do capital sobre o território amazônico, a partir da criação dos projetos de assentamentos dirigidos.

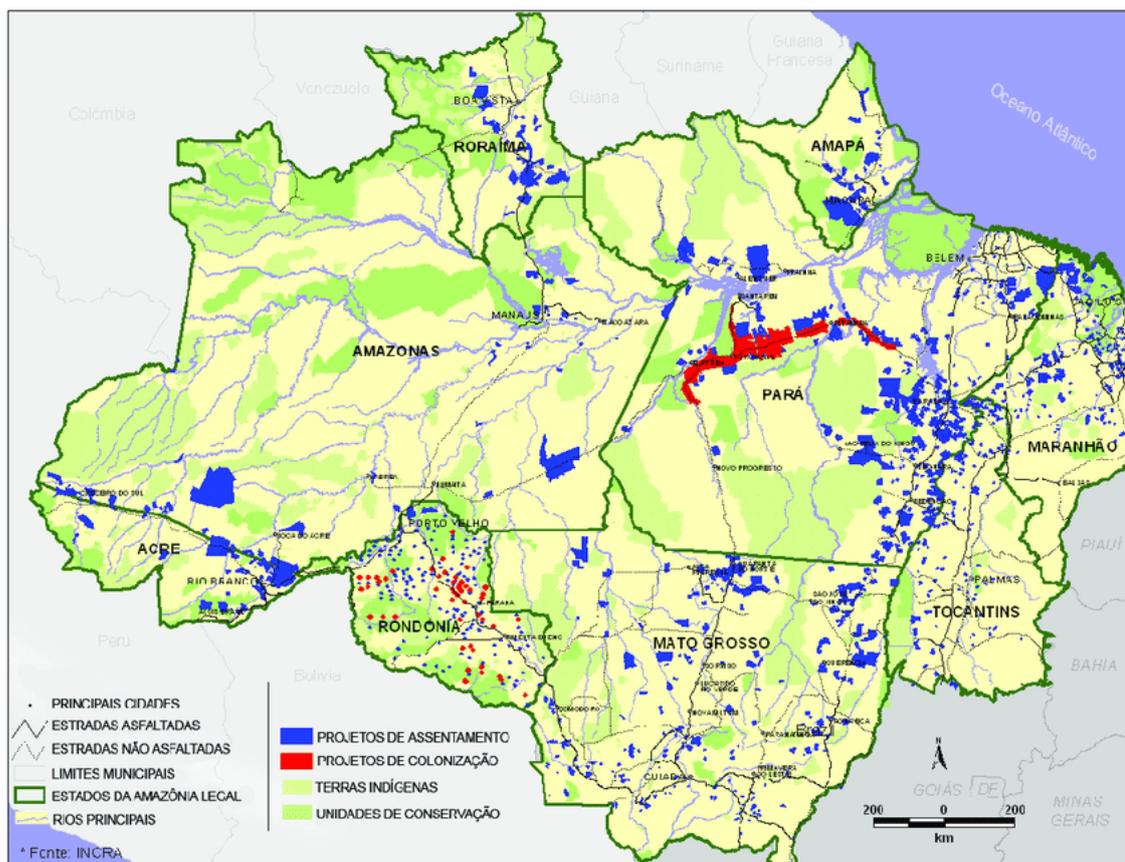


Figura 1- Projetos de assentamento e colonização na Amazônia. Fonte: Desmatamento na Amazônia: Indo Além da “Emergência Crônica”. Belém/PA. Março, 2004.

A partir da década de 1970, a economia do látex estava em franca decadência. O governo do estado do Acre, então, buscou uma forma de contornar a situação gerada pela bancarrota do sistema de exploração da borracha que vinha ocasionando uma série de problemas sociais, entre eles o êxodo rural, tendo em vista que os seringueiros vendiam suas propriedades a preços baixos para empresários e pessoas físicas oriundas do sudeste do Brasil, que os acreanos passaram a chamar de “paulistas”. Mas os seringueiros habitavam os seringais há gerações, mesmo não possuindo documentos dessas terras que pudessem lhes garantir alguma propriedade, nesse sentido eram expulsos pelos novos donos e passavam a ocupar as periferias das cidades acreanas, principalmente da capital, Rio Branco.

É importante destacar, que a substituição da economia tradicional da borracha pela agropecuária, se deu principalmente pela atuação política do governo Wanderlei Dantas (1971-1975).

O governo Geraldo Mesquita (1975-1979) criou a COLONACRE (Empresa de Colonização do Acre) através da Lei 560 de 10 de julho de 1975. Essa empresa estatal foi a encarregada de criar um projeto de assentamento que conseguisse resgatar a economia da borracha, através do seringueiro de cultivo em contraponto ao seringueiro tradicional. Inicialmente, seriam os próprios seringueiros aliçados de suas atividades

os recebedores dos lotes. Desta forma, em 1978, foram doadas as terras pelo governo federal para que fosse estabelecido o projeto de assentamento Redenção, conduzido pelo governo do estado do Acre através da COLONACRE (BRASIL, 1978).

A área ocupada pelo projeto compreendia aos seringais Bagaço, Novo Acordo e Vila Rica, abrangendo uma área de 30.000 hectares (Brasil, 1978). O contingente de pessoas que iriam compor os assentados seria de 500 famílias, porém, segundo Francisco Rocha, houve pouca adesão dos seringueiros e ex-seringueiros por uma série de fatores, principalmente devido os lotes serem pequenos e possuírem limites que muitas vezes eram definidos por cercas, o que não permitia aos moradores tradicionais exercerem suas atividades como de costume. Também os seringais de plantio iriam demorar para serem colhidos, enquanto isso os moradores deveriam plantar culturas temporárias e até mesmo permanentes, como arroz, banana, cacau e café.

Muitos dos primeiros assentados não se adaptaram e abandonaram os lotes, isso teve uma repercussão negativa para o governo que buscou alternativas para continuar com a implantação do projeto, uma delas foi enviar um representante ao estado do Paraná, e abrir um escritório naquele estado, mais precisamente na cidade de Cascavel, pois corria a notícia do grande número de desabrigados pela construção da represa da hidrelétrica de Itaipu. Foi uma manobra assertiva que possibilitou o assentamento de 500 famílias na primeira etapa do projeto. A COLONACRE foi responsável pela administração da área do assentamento até 1990, ano em que foi extinta pelo governo do Acre.

Para dar apoio aos assentados, o órgão criou as “cidades pioneiras” (Morais, 2000), primeiro a vila Redenção em 1979, depois a vila do BID (recebeu essa alcunha devido a uma placa que ficava na entrada da vila onde mostrava o principal financiador do projeto, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID) em 1986, essa segunda viria a ser renomeada de vila Acrelândia, hoje sede do município. É importante explicar que o conceito de cidade pioneira desenvolvido por Morais (2000), diz respeito a “aquelas localidades de caráter urbano, que surgiram de forma planejada ou espontânea, paralelamente ao processo de ocupação da fronteira agrícola nos últimos 30 anos.



Figura 2-Visita do Governador Joaquim Macedo ao Projeto Redenção, 1982. Fonte: acervo pessoal de Luís Pereira, prefeito de Plácido de Castro à época.

Os assentados do Projeto Redenção recebiam lotes de aproximadamente 40 hectares, onde deveriam desenvolver culturas agrícolas, sendo as principais, a banana, o arroz, o feijão e o café. As técnicas agrícolas trazidas pelos novos assentados fizeram com que o projeto começasse a se destacar na produção vegetal no estado do Acre, por isso o governo do estado resolveu ampliar o Projeto Redenção e deu-lhe uma segunda etapa, chamada Projeto Redenção 2.

Originalmente o Projeto Redenção tinha como eixo principal a AC 401 (hoje AC 475), que por sua vez partia da BR 364 na altura do Novo Acordo e chegava até a sede do município de Plácido de Castro. Já o Projeto Redenção 2, seguia um traçado lateral à direita da AC 401, pelo ramal segunda etapa ou ramal do 2, que partia da AC 401, na altura da quadra 16 até a quadra 28 na beira do Rio Abunã na fronteira com a Bolívia.

O Projeto foi dividido em quadras, sendo a primeira na margem direita da BR 364, seguindo pela AC 401, até a quadra 16, que hoje abriga a sede do município, após a cidade de Acrelândia, o projeto 2 segue a partir da quadra 17 até a quadra 30.

Nos primeiros anos de ocupação do espaço, a atividade madeireira foi o carro chefe da exploração entre os assentados, tendo em vista que eles precisavam desmatar para poder abrir áreas de plantio, isso ocasionou um grande avanço sobre a floresta levando a um desmatamento que pode ser visto claramente nas fotos de satélite.

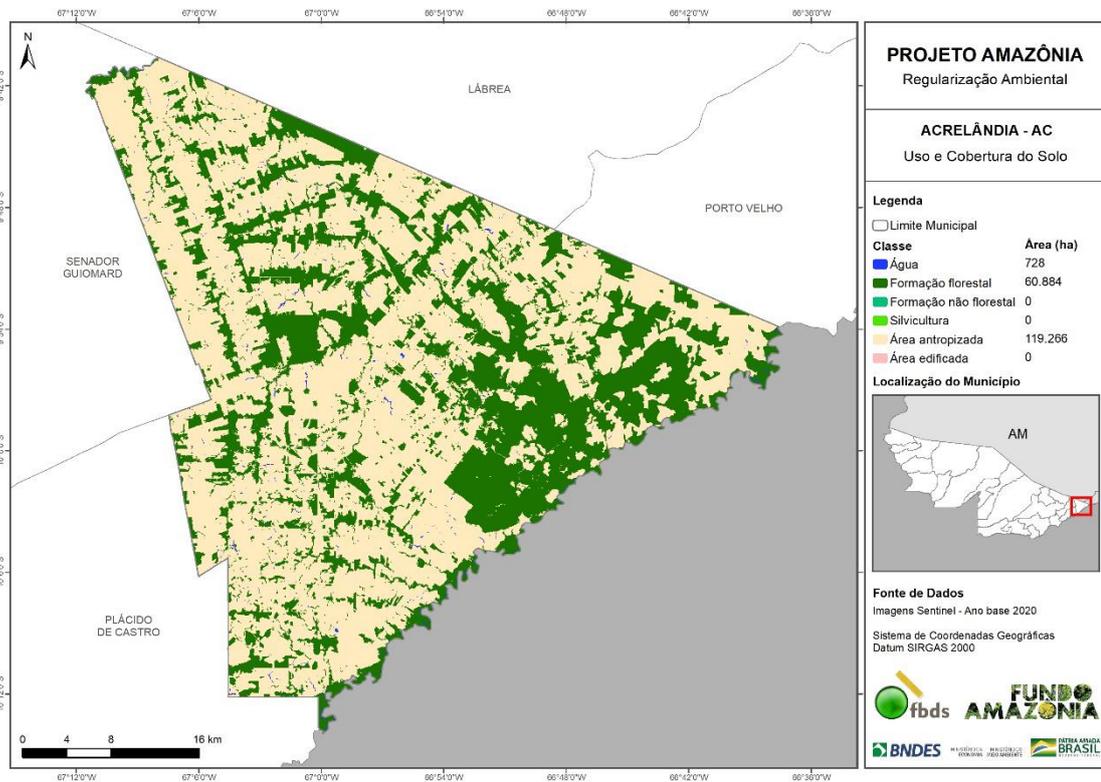


Figura 3- Uso e cobertura do solo em Acrelândia-AC. Fonte: Projeto Amazônia

Segundo Vilseu Ferreira, um dos principais problemas para os assentados, foi o acesso à água para irrigação e também para o consumo humano, tendo em vista que não há um rio grande que passe pela extensão do projeto, somente o Abunã que passa na borda, já na fronteira com a Bolívia, um número de igarapés e pequenos cursos d'água não puderam dar conta de uma demanda que aumentou com o número de pessoas que se deslocaram para as áreas do projeto. Esse teria sido um dos motivos para a mudança da cidade pioneira de Vila redenção para a Vila do BID. Os agricultores também tiveram que buscar alternativas, como a construção de açudes e poços.

É importante ressaltar, que o projeto Redenção ocupava apenas uma parte do que hoje é o município de Acrelândia, aquela que se localiza a margem direita da BR-364 e segue o traçado da AC-475 (antiga AC 401).

Edna Bernardino e Silva, nos relata que nem todos os assentados do projeto necessariamente trabalhavam na zona rural, já que segundo ela, havia um incentivo para quem quisesse trabalhar na cidade pioneira, principalmente para aqueles que possuíam uma profissão ligada a saúde ou a educação, ela mesmo diz ter recebido uma casa na vila, ofertada pela COLONACRE, totalmente de graça, porque era preciso abrir uma escola no projeto Redenção e ela era professora formada, oriunda da cidade de São Paulo. Os coordenadores do projeto, José Augusto da Silva Costa, o "Guto" e Fernando José da Costa, o "Pinté", eram os responsáveis por lotear e

distribuir os terrenos na área urbana do projeto, nesse período, chegou também o professor Sebastião Bocalom Rodrigues, junto de sua família para morar na vila.

Apesar de contar com escola, posto de saúde e ruas largas, a vila do BID, não possuía energia elétrica, água encanada, posto telefônico ou agência de Correios, mas apesar das adversidades, o fluxo migratório de colonos vindos principalmente da região Sul do Brasil só aumentava.

A difícil situação dos assentados foi motivo de debates na Assembleia Legislativa do Estado Acre, mas também no Senado federal. O jornal “A Folha do Acre” de 02/11/1983, destacou a participação do senador acreano, Mário Maia, publicando partes de seu discurso, apelando ao presidente da república, para que ele freasse o fluxo migratório para o Acre, disse o senador: “os colonos localizados no PAs, são vítimas do abandono, da indiferença do poder central...pela ausência completa de assistência sanitária e social...”.

A realidade do projeto Redenção era um pouco dura, devido principalmente a ocorrência de doenças tropicais, principalmente a malária e da insuficiência das vias de acesso às colônias. Em contrapartida, os colonos passaram a se organizar, por meio de grupos, geralmente orientados por membros da pastoral da terra da igreja católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Plácido de Castro e, também por algumas lideranças que surgiram no meio dos assentados, que depois despontariam como lideranças políticas do município após a emancipação.

Nota-se então que podemos ver aqui que o espaço, como no conceito de Raffestin (1993), já estava se tornando território, porque os “homens” já criavam seus espaços de poder e também criavam uma identidade com o lugar. Assim, da floresta e dos seringais, surgiam os projetos de assentamentos, deste a vila, e da vila o município.

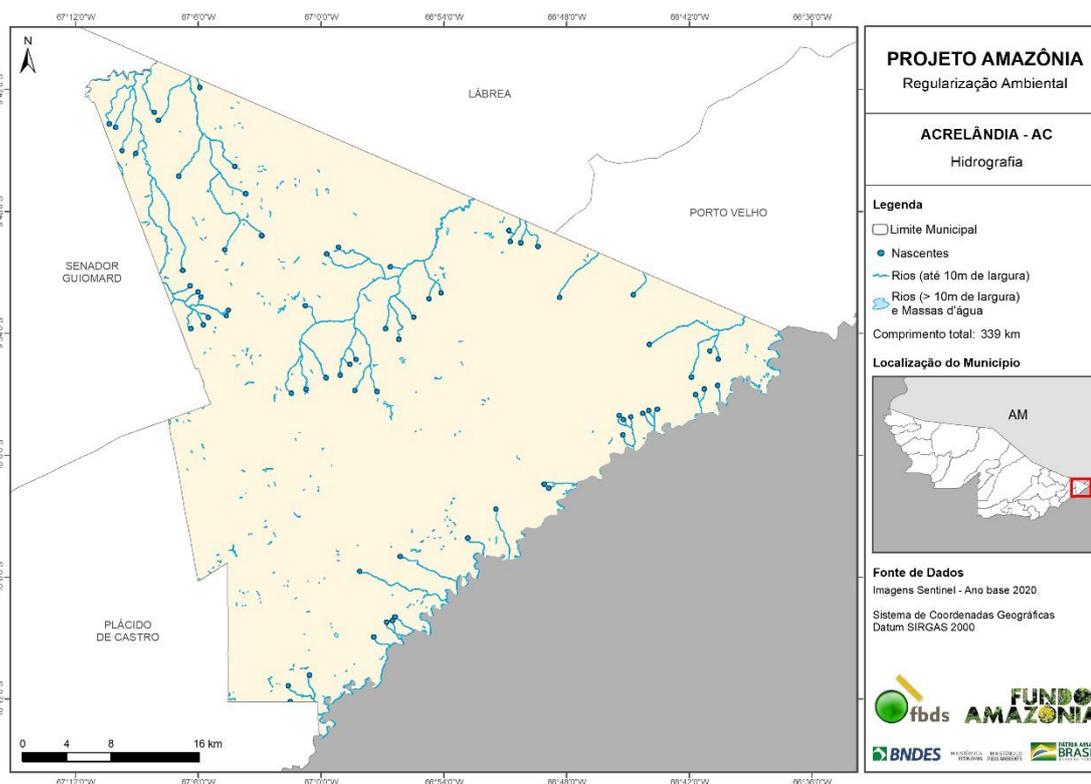


Figura 4- Mapa hidrográfico de Acrelândia-AC. Fonte: Projeto Amazônia

O início da organização política dos conhecidos “parceiros” do projeto Redenção se deu em 1984, por causa de um problema “provocado” por uma ação da governadora em exercício Iolanda Fleming. O Jornal “Folha do Acre” (01/02/1984) noticiou que o auxiliar de enfermagem Ricardo Rola, conhecido por ser o “faz tudo” do projeto Redenção, havia sido demitido, devido à pressão política de um vereador do município de Plácido de Castro, que era desafeto do enfermeiro. A população ficou indignada e procurou o secretário de saúde do estado Médico José Alberto, para que ele revisse a demissão do enfermeiro. Mas devido a resposta negativa do secretário eles resolveram radicalizar e alugaram caminhões que levaram cerca de 250 pessoas para acampar na frente do palácio Rio Branco em protesto. Em 07/02/1984 houve ação truculenta da polícia para evitar que os parceiros chegassem ao seu destino, sendo parte do grupo bloqueada no meio da estrada pela PM.

Por meio da intervenção do Senador Mario Maia, os parceiros foram liberados por ordem do chefe do gabinete civil do governo, e os manifestantes puderam levar sua reivindicação até aos deputados. Estava gerado o embrião para a organização política dos assentados do projeto Redenção. Por fim o auxiliar de enfermagem foi readmitido e voltou a suas funções na vila Redenção.

Um ponto crucial para o desenvolvimento da Vila Acrelândia foi a criação do Distrito de Acrelândia pela prefeitura do Município de Plácido de Castro em 1988. Essa luta já estava encampada desde 1986, quando os parceiros do projeto Redenção se

reuniram e exigiram da prefeitura de Plácido de Castro que transformasse o Redenção em distrito do Município. Também pediram a criação de um posto da ELETROACRE, um posto de comunicação da TELEACRE e uma agência dos CORREIOS. Para isso solicitaram a realização de um plebiscito, para que eles pudessem escolher seu representante entre os moradores do Projeto.

O prefeito de Plácido de Castro, Luís Pereira, que já contava entre seus secretários municipais com pessoas que viviam no Redenção, estabeleceu um administrador chamado de subprefeito, que cuidava diretamente das demandas da Vila e do projeto Redenção como um todo, o primeiro subprefeito foi Hélio Lopes, o segundo Vilseu Ferreira e o terceiro Sebastião Rita. Esses administradores eram indicados pelo prefeito de Plácido de Castro, os moradores da vila, representados pela associação de moradores, passaram a reivindicar desde melhorias para a população do projeto, até a emancipação política da vila.

Segundo Vilseu Ferreira, quando saiu a primeira lista dos novos municípios que seriam criados no Acre pelo governo do estado, Acrelândia não figurava entre os possíveis novos municípios, mas devido a pressões políticas feitas através do deputado Raimundo Sales, que era partidário do governador à época, foi realizado um plebiscito em que a população deveria escolher entre a emancipação ou a continuidade como distrito de Plácido de Castro.

Vilseu Ferreira conta que no dia do plebiscito o povo se mobilizou de tal maneira que “eles buscavam até mesmo os acamados em casa para votar”. Foi uma votação que possibilitou a inclusão de Acrelândia entre os novos municípios do Acre. Edna Bernardino, relata que apesar da vitória no plebiscito, algumas pessoas eram contrárias à emancipação, ela não deixa claro quem eram as pessoas, mas indica que se devia ao fato da maioria dos sulistas serem a favor, por isso os não sulistas ficaram contra, mas era um número pequeno de pessoas.

No dia 28 de abril de 1992, a Lei 1.025 foi sancionada pelo governador Edmundo Pinto, e estabeleceu a criação do município de Acrelândia, através do desmembramento das áreas do Município de Plácido de Castro e Senador Guiomard. A lei também estabeleceu os limites geográficos do município, porém depois houve revisões desses limites para que chegassem aos limites atuais, como apresentado mais adiante.

O MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA E SEU TERRITÓRIO CONSOLIDADO

Após a sanção da Lei 1.025 de 28 de abril de 1992, foram feitos os ajustes necessários para que o novo município pudesse ser estabelecido. Primeiro o nome, que já havia sido escolhido, e foi votado entre os moradores, concorreram “Alvorada do Norte”, “Itamarati” e “Acrelândia”, tendo sido o terceiro o vencedor, cujo idealizador foi o senhor João Bernardino Parente. Posteriormente, foram escolhidos o brasão e a bandeira, sendo o brasão desenhado pelo ex-subprefeito Sebastião Rita e a Bandeira desenhada pelo estudante Sebastião Bocalom Rodrigues Júnior.



Figura 5 - Brasão do Município de Acrelândia-AC. Fonte: Prefeitura Municipal de Acrelândia

Tanto o brasão, quanto a bandeira (fig. 6) possuíam inspiração nas cores e símbolos do estado do Paraná e remetem a vocação agrícola do lugar, mas também terra de origem da maioria dos migrantes que formaram o município.



Figura 6 - Bandeira do Município de Acrelândia-AC. Fonte: Prefeitura Municipal de Acrelândia.

Posteriormente foi composto o Hino de Acrelândia pelo professor Jonas Araújo. Foi realizada então a eleição para prefeito ainda em 1992. Concorreram diretamente dois projetos políticos antagônicos representados pelos maiores partidos da época, o PMDB e o PDS, mas também ocorreu uma disputa entre os sulistas e os acreanos. Para que se possa compreender essa dicotomia, deve-se saber que, quando o município foi demarcado, abarcou outros projetos de assentamento e, também áreas de seringais que originalmente não compunham o projeto Redenção. Nessas áreas viviam não apenas sulistas, mas acreanos e, também capixabas e mineiros. Dentro dessa diversidade cultural surgiram duas maneiras de tratar o futuro do novo município: um ligado ao modo de vida tradicional do acreano, apesar de algumas adaptações como a atividade agrícola e a pecuária, e o modo de vida do sulista em que a atividade madeireira e a agropecuária eram o “carro chefe”.

Os acreanos estavam representados por Paulo César Ferreira de Araújo, o “Paulinho”, que era candidato pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Os “sulistas” estavam representados por Sebastião Bocalom Rodrigues, o Bocalom, do PDS (Partido Democrático Social). Essa disputa possuía um nome bastante folclórico: os “cururus”, partidários de Paulinho e os “jacarés”, partidários de Bocalom.

No dia 03 de outubro de 1992, Acrelândia elegeu seu primeiro prefeito e seus nove vereadores, que compuseram sua primeira legislatura e foram responsáveis pela criação da Lei Orgânica do Município. O prefeito eleito foi Bocalom, por uma pequena margem de votos, e entre os nove vereadores eleitos estavam os três antigos subprefeitos do distrito de Acrelândia e dois ex-vereadores do município de Plácido de Castro, sendo inclusive o vereador mais votado, Vilseu Ferreira, o segundo subprefeito da época do distrito.

A partir de 1º de janeiro de 1993, Acrelândia tornou-se município de fato, os trabalhos e as mobilizações políticas continuaram para a consolidação da autonomia do lugar.

Tudo isso, porque em 09 de dezembro de 1992, a Lei 1.060, sancionada pelo governador do estado, orientava que enquanto não houvesse uma comarca própria, a localidade deveria continuar sob a jurisdição do Município de Plácido de Castro.

Em 27 de setembro de 1993, foi outorgada a Lei 0001/1993, Lei Orgânica do Município de Acrelândia, estabelecendo o registro de nascimento propriamente dito do município. À época, existia um debate acirrado acerca da continuidade do projeto de colonização, pois já não havia mais lotes para serem distribuídos no Redenção. Mas outros locais como Porto Dias e Orion ainda era possível conseguir alguns lotes para a exploração agroflorestal.

Foram tomadas algumas medidas como a implantação da cultura do algodão, que não prosperou, por meio da ALGOACRE. Em contrapartida, a EMATER, passou a prestar um auxílio mais próximo aos produtores e a cultura do café e da banana se tornaram muito fortes na região (EMBRAPA 2018).

A urbanização de Acrelândia se deu de maneira planejada, dentro dos parâmetros determinados na época da abertura da cidade pioneira. Isso criou uma peculiaridade, que são as vias duplas com os postes de energia elétrica em um canteiro central, por todo o perímetro urbano, do centro até a periferia.



Figura 8-Esquina da Avenida Paraná com Avenida Geraldo Barbosa. Fonte: Acervo de Fabio Look Gomes

Após a emancipação, Acrelândia foi crescendo em potencial de produção agrícola até alcançar os primeiros lugares na produção de algumas culturas como o café, do qual foi responsável por 65% da produção do estado do Acre em 2017 (EMBRAPA 2018).

Foi em 27 de janeiro de 2004, que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, aprovou a Lei 1.536, que ampliou parte do território do município, resolvendo o problema de algumas áreas de litígio, principalmente com o município de Senador Guiomard e o estado do Amazonas, devido ao reestabelecimento da linha Cunha Gomes como divisa do estado do Acre com o Amazonas.

Em resposta a essa Lei, num claro quadro de luta política, a Assembleia Legislativa do Acre revogou a Lei de 27 de janeiro por meio da Lei 1568 de 19 de julho de 2004, que evocava os parâmetros estabelecidos pela Lei 586 de 14 de maio de 1976, para reestabelecer alguns limites territoriais entre eles os dos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard. Isso gerou novamente um impasse entre os moradores de Acrelândia, porque não era apenas a questão da localização das terras, mas também a gestão de escolas e unidades de saúde, bem como a responsabilidade da manutenção das estradas e dos ramais, que se tornou um pouco confuso.

Em 04 de agosto de 2004, foi finalmente estabelecido limite territorial do município de Acrelândia, alterando a Lei 1.025 de 28 de abril de 1992, estabelecendo a partilha do PAD Peixoto entre Acrelândia e Plácido de Castro e fixando o tamanho do território acrelandense em 181.377,9531 hectares (Lei 1580, de 04 de agosto de 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que o território se estabelece por meio de uma relação de poder, conforme preconiza Raffestin (1993), encontramos no município de Acrelândia um caso clássico de território moldado pela luta política, sendo o espaço determinado por uma ação do governo ditatorial brasileiro. Porém a territorialização desse espaço se deu através da atuação de homens e mulheres que o ocuparam e o transformaram com seu trabalho, fizeram do espaço um território, com relações sociais, econômicas e principalmente políticas.

Tal foi o movimento no xadrez político que Acrelândia passou a ser o único município acreano surgido a partir de um projeto de assentamento. O nome do município, que foi idealizado pelos próprios moradores, faz referência aos seus povoadores, que criaram para si a “terra do Acre”.

A territorialização do espaço que antes era seringal, se deu de forma intensa e de certo modo predatório, se observarmos no sentido do meio ambiente e das transformações sofridas pelas paisagens naturais. Contudo, temos que ressaltar que o território só existe em razão da atividade humana, sem ela o que há é somente espaço.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Concepção: Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Metodologia:** Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Análise formal:** Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Pesquisa:** Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Recursos:** Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Preparação de dados:** Elias Pedroso da Silva. **Escrita do artigo:** Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Revisão:** Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Supervisão:** Carlos Estevão Ferreira Castelo. **Aquisição de financiamento:** Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. LEI Nº 560, DE 10 DE JULHO DE 1975. Autoriza a constituição da Companhia do Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre - COLONACRE. Disponível em: <https://www.al.ac.leg.br/leis/?cat=19&paged=2>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ACRE. Lei Nº 1.025, de 28 de abril de 1992. Disponível em: <http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/2667> Acesso em: 11 de out. de 2023.

ACRELÂNDIA. Lei Orgânica nº 001/1993 de 27 setembro 1993. Disponível em: <https://www.acrelandia.ac.gov.br/product-page/lei-org%C3%A2nica-n%C2%BA-001-1993-de-27-setembro-1993> Acesso em: 11 de out. de 2023.

ALENCAR, Ane; NEPSTAD, Daniel; MCGRATH, David; MOUTINHO, Paulo; PACHECO, Pablo; DIAZ, Maria Del Carmen Vera; FILHO, Britaldo Soares. **Desmatamento na Amazônia: Indo Além da “Emergência Crônica**. Belém/PA. Março, 2004.

ÁLVARES, Virgínia de Souza; GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota; LIMA, Michela Neves de; LESSA, Lauro Saraiva. Diagnostico do manejo pós-colheita de café em Acrelândia – Acre. In: **Seminário da Embrapa Acre de iniciação científica e pós-graduação**. Rio Branco, 2018.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social**. São Paulo: USP, 2005. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – SP.

BRASIL. **Coleção das leis de 1978**. Poder legislativo, Departamento de Imprensa Nacional, 1978.

ENTREVISTA com Francisco Paiva Costa da Rocha, realizada através de WhatsApp em 14/04/2023.

ENTREVISTA com Vilseu Ferreira da Silva, realizada através de WhatsApp em 22/04/2023.

ENTREVISTA com Edna Bernardino e Silva, realizada através de WhatsApp em 20/09/2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12º ed. São Paulo: Edusp, 2004.

IBGE. Relatório sobre produção de lavouras temporárias por município. IBGE, 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/acrelandia/pesquisa/14/10193?tipo=ranking&ano=2013>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado, trabalho de conclusão de curso**. 8. Ed. [4a reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2020.

MORAIS, Maria de Jesus. Rio Branco-Ac: a formação sócio-territorial urbana a partir das políticas públicas dos militares. In: Anais XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000, Florianópolis.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial**. 2º ed- Rio Branco: EDUFAC, 2018. 366p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: Políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1988.

PROGRAMA de Integração Nacional definição. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: Questões de método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, EDUSP, 2014, 1997.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. In: IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0